

O USO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL SUSTENTÁVEL NA GESTÃO PÚBLICA

Gabriela Guaragni¹

Professora Orientadora: Eliane Salete Filippim²

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre o uso do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDEM/FECAM Federação Catarinense de Municípios (FECAM) na gestão pública, com enfoque nos indicadores da Assistência Social do Município de Barra Bonita. Nesse contexto, busca-se com esse estudo perceber como está estruturada a Política de Assistência Social no município de Barra Bonita (SC) segundo os indicadores trazidos no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDEM) da (FECAM), tendo em vista que esses dados podem contribuir no fomento do desenvolvimento sustentável do município. No decorrer deste artigo traz-se no referencial teórico o papel do Estado na efetivação do Desenvolvimento Sustentável e no bem estar da população. Para trazer os resultados da pesquisa fez-se uma análise dos dados encontrados no IDEM a respeito da situação da Assistência Social no município de Barra Bonita e do SENSU SUAS 2016 referente ao ano de 2015 preenchido pelo município. Acredita-se que a apresentação desse estudo pode contribuir com a gestão pública na sua trajetória pelo desenvolvimento sustentável no município. Os indicadores utilizados fazem parte do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS) da FECAM -Federação Catarinense de Municípios.

PALAVRAS CHAVES: Indicadores, Desenvolvimento Sustentável, Gestão Pública, Assistência Social.

1 INTRODUÇÃO

Desenvolver um município de forma sustentável é um desafio que exige a atuação da gestão pública nas diversas áreas, tais como, meio ambiente, economia, assistência social, entre outras. Nesse sentido, para contribuir com a reflexão acerca desse desenvolvimento, buscou-se dados de como está estruturada a Assistência Social no município de Barra Bonita (SC) levando em consideração as informações apresentadas no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDEM) da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e como esses dados podem ser utilizados para fomentar o desenvolvimento sustentável nesse município, por meio de ações da gestão pública. Pode-se dizer que este estudo pode contribuir para fomentar a utilização dos dados apresentados no trabalho e no IDEM para desenvolver e aprimorar a assistência social no município, fortalecendo os serviços e programas que já existem e criando programas e ou projetos que possam vir a melhorar a qualidade de vida da população e assim proporcionar o desenvolvimento destes e conseqüentemente do município.

¹Aluna do Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização, em Desenvolvimento Regional Sustentável, UNOESC – São Miguel do Oeste/SC, E-mail: gabyguaragni@hotmail.com – Fone: (49) 9830-9652–Barra Bonita – Santa Catarina - Brasil.

²Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas (UFSC). Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), SC., Brasil. Correio: eliane.filippim@unoesc.edu.br

Segundo o site oficial do município de Barra Bonita (SC) este é município de pequeno porte I, apresenta uma população de 2.111 habitantes e tem como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária. Municípios com essa realidade populacional e econômica enfrentam grandes dificuldades de manutenção da economia local e da qualidade de vida da população principalmente em relação à renda. Conhecendo a realidade do município pelo vínculo trabalhista no local da pesquisadora, percebe-se no momento que o município apresenta significativa migração de jovens para outros municípios da região e também para outros estados. Isso se dá, principalmente, pela falta de emprego e acesso a renda. Assim, além da dificuldade de manutenção da população jovem no município, apresenta-se a dificuldades no processo de desenvolvimento econômico e social que venha a suprir as necessidades da população, realidade esta, que pode ser trabalhada com utilização dos índices do (IDEM) como ferramenta de informação.

Neste sentido, a pergunta central que norteou o estudo foi: como está estruturada a Política de Assistência Social no município de Barra Bonita (SC) segundo os indicadores trazidos no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDEM) da (FECAM), tendo em vista que esses dados podem contribuir no fomento do desenvolvimento sustentável do município?

Visando buscar respostas a esta questão, foi elaborado o objetivo do estudo: é analisar os dados trazidos no sistema de indicadores do IDEM, referentes à política de Assistência Social. Este objetivo visa contribuir com um estudo que possa orientar como encontrar caminhos para suprir as demandas dessa parcela da população com ações da gestão pública, buscando alternativas para o desenvolvimento sustentável do município de Barra Bonita (SC). Assim, este estudo tem relevância, uma vez que, pode apontar dados ainda não trabalhados pela gestão pública municipal e indicar alternativas de atuação com as famílias atendidas pela política de Assistência Social. Vale ressaltar que conhecer como está estruturada uma política pública no município pode gerar caminhos para aprimorá-la.

Para chegar aos resultados propostos nesse estudo foi realizada pesquisa por meio de análise documental dos dados trazidos pelo IDEM referentes à Assistência Social nos anos de 2012 e 2013, e dados encontrados em documentos arquivados no município de Barra Bonita (SC) a respeito do Senso SUAS 2016. A utilização dos dados dos arquivos do município se deu pela necessidade de dados mais atuais não constantes no IDEM. Buscou-se a compilação desses dados para análise da realidade desta política pública no município, com vistas a apontar caminhos que permitem a melhor atuação da assistência social no município, buscando o desenvolvimento sustentável.

2 Revisão Bibliográfica

Esta revisão bibliográfica vai tratar de temas relevantes ao objetivo de pesquisa e aborda reflexões em âmbito do tema necessários para embasar cientificamente a Pesquisa trazendo o conhecimento de autores de referência no assunto.

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Gestão Pública

Segundo Canepa, (2007, p. 47) quando se fala em Desenvolvimento Sustentável torna-se importante vislumbrar que ele deriva de fatores históricos adotados pós Revolução Industrial seguido pelo casamento ciência e tecnologia, no final do século XIX, ainda que este foi caracterizado pelo investimento do homem na exploração dos recursos naturais, sem alguma preocupação com a manutenção e conservação dos mesmos.

Nesse contexto, segundo Canepa, (2007, p. 48 e 49) “no período pós 1968 surge à reflexão sobre o futuro incerto que gerou o questionamento político, social e filosófico da participação do homem no planeta que o abriga, levando a um questionamento dos padrões de consumo e demarca os limites do crescimento econômico”.

Sendo o questionamento dos padrões de degradação e de consumo dos recursos naturais recentes em nossa sociedade, percebe-se a necessidade de estudo e reflexão a respeito do tema com vistas a sensibilizar a população em geral. Nesse contexto, Canepa (2007) traz ainda que foi a partir do conceito de desenvolvimento sustentável que se consolidou e se passou a pensar as cidades sustentáveis, tendo como marco inicial a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Percebe-se que começou ali a fomentação de se pensar mudanças significativas no padrão de uso dos recursos naturais e a busca de alternativas em nível mundiais.

Corrêa, et.al. (2009, p.9) afirma que “a sustentabilidade como um novo paradigma é uma concepção muito ampla, pois leva em conta a relação de todas as atividades econômicas, científicas e tecnológicas com o meio ambiente, em escala planetária. É um meio ambiente que considera o físico-ecológico, mas também o social, o cultural, o político”. Assim, como qualquer tema que exige a intervenção e o envolvimento em âmbito global e interdisciplinar, traz consigo dificuldades que exigem envolvimento e trabalho de todos os entes envolvidos. Conforme Canepa (2007, p.57) “o desenvolvimento sustentável caracteriza-se como um processo de mudança, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro”. Para se trazer todas essas articulações para a realidade do desenvolvimento atual e desencadear as mudanças necessárias necessita-se o debate amplo do tema envolvendo toda a sociedade.

Nesse contexto, o termo “Desenvolvimento Sustentável” surgiu diante do debate em relação aos limites ecológicos para o crescimento da vida humana e suas atividades. ALMEIDA (2002, p.75) esclarece que para a gestão da sustentabilidade é fundamental se ter noção do fator tempo. “A sustentabilidade exige uma postura preventiva, que identifique tudo que um empreendimento pode fazer de positivo – para ser maximizado – e de negativo – para ser minimizado” (ALMEIDA 2002, p. 76).

Observa-se que o caminho do desenvolvimento sustentável, com possibilidade de sobrevivência para a humanidade, necessita que se repense o “modelo para um desenvolvimento a baixo perfil de energia e recursos naturais, que satisfaça, simultaneamente, os critérios de viabilidade econômica, utilidade social e harmonia com o meio ambiente” (ASSIS, 2001, p. 71).

Ainda, Canepa, (2007, p 58) ressalta que “a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza”. Paraphraseando Canepa (2007) para que se alcance tal desenvolvimento é necessário que o sistema político assegure a participação da população nas decisões, ainda que exista um sistema social que resolva as tensões causadas pelo novo modelo de desenvolvimento e, sobretudo um sistema de tecnologia de produção que preserve o meio ambiente e que estimule os padrões sustentáveis.

Segundo Sachs (2008), para se alcançar um desenvolvimento sustentável é necessário:

A harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio do planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade, buscando um equilíbrio entre diferentes *sustentabilidades* (social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política). (SACHS, 2008 p. 11).

Assim, percebe-se que a busca do desenvolvimento sustentável não segue uma linha exclusiva de apenas preservar o meio ambiente, mas sim vai muito além dessa definição buscar abranger um todo desde a proteção do meio ambiente até a manutenção da qualidade de vida das pessoas. Nesse contexto, Sachs (2008 p. 13) destaca que “o desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre o requisito (aproximação entre economia e ética) na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material”. E ainda acrescenta que “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2008 p. 13).

Para Sachs (2008) outra maneira de encarar o desenvolvimento consiste em conceituá-lo em termos de apropriação efetiva de três gerações de direitos humanos: “Direitos políticos, civis e cívicos; Direitos econômicos, sociais e culturais (entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importantes para motivos intrínsecos e instrumentais); Direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento”. (SACHS, 2008, p. 14).

Nesse contexto, Sachs (2008, p. 14) afirma que “o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades”. Pode-se observar que necessariamente não há como existir desenvolvimento econômico sustentável sem existir desenvolvimento humano e social, não pode haver sustentabilidade se o desenvolvimento econômico não estiver influenciando diretamente o desenvolvimento humano.

Na medida em que as desigualdades morais resultam da organização social, elas só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável – políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora desprovida de oportunidades de trabalho em meios de vida decentes, e condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência. (SACHS 2008, p. 27).

Nesse contexto, o envolvimento e a articulação de políticas públicas que busquem a harmonização entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social sem que um se sobressaia sobre o outro ainda é uma necessidade pungente na sociedade, fundamental na efetivação do desenvolvimento sustentável de forma que contemple a todos. Assim Sachs (2008, p. 35) aponta que:

O desenvolvimento sustentável pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterogêneo e de tempo dedicado a atividades não produtivas

Para se efetivar o desenvolvimento de forma sustentável e realização do bem público nos municípios, além de uma gestão pública eficaz com norteamientos político e econômico voltado à preservação do meio ambiente, também é necessária à efetivação de políticas públicas que venham de encontro aos interesses e ao desenvolvimento do bem estar da população, e nesse sentido, a política de Assistência Social tanto em nível Nacional, Estadual e Municipal traçam diretrizes e benefícios que buscam garantir e efetivar o direito de acesso a serviços ofertados pelo Estado.

2. 2 Política Pública de Assistência Social.

Para se alcançar o desenvolvimento sustentável garantindo o bem estar da população e igualdade de acesso a bens e serviços públicos existe a política pública de assistência

social. Parafrazeando Mauriel (2010) pode-se dizer que essa política pública se apresenta como estratégia para constituir uma rede protetiva de combate à pobreza buscando corrigir injustiças e prevenir situações de vulnerabilidade e riscos sociais contribuindo para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população de baixa renda. Esse processo pode acontecer segundo ela mediante os seguintes procedimentos:

(a) provimento público de benefícios e serviços básicos como direito de todos; (b) inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem do desenvolvimento; e (c) manutenção da inclusão e estímulo ao acesso a patamares mais elevados de vida e de cidadania, mediante ações integradas no âmbito das políticas públicas. (MAURIEL, 2010, p. 174).

Nesse sentido, a política pública de Assistência Social apresenta ações e programas que vem de encontro à busca de superação de vulnerabilidades sociais, econômicas e familiares que possam ser geradas pelas constantes transformações econômicas e sociais presentes na sociedade. Nesse sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, lei nº 8.742 traz que:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, LOAS, 1993)

A LOAS ainda institui atribuições que norteiam a atuação dos trabalhadores atuantes nessa política pública.

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, LOAS, 1993).

Foi criado dentro da Política de Assistência Social o SUAS - Sistema Único de Assistência Social instituído através da Lei nº. 12.435, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na prática, o SUAS vigora desde 2005 e garante uma gestão descentralizada e participativa que envolve gestores de 99,5% dos municípios brasileiros, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A partir da criação do SUAS no território nacional, a política de Assistência Social passou a ser ofertada nos municípios por níveis de proteção social. Em relação à Proteção Básica, ou seja, as atuações referentes aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em seu artigo 6º aponta que:

Art. 6º - I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de

potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2011, p. 5).

Já em relação à Proteção Especial de Alta e Média Complexidade, ou seja, os Centros Especializados de Assistência Social (CREAS).

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (BRASIL 2011, p. 5).

A oferta desses programas e serviços passa a acontecer dentro de equipamentos específicos nos municípios. Nesse contexto, para que os equipamentos da Política Pública de Assistência Social ofertem os serviços e atendimentos conforme a legislação específica prevê, existe a necessidade de cofinanciamento para os municípios através dos Estados e da União e ainda a contratação de profissionais específicos que serão responsáveis pela efetivação dos serviços. A Norma Operacional Básica – NOB/SUAS disciplina a gestão pública da política de social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição da República de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. Seu conteúdo estabelece:

a) Caráter do SUAS; b) Funções da política pública de assistência social para extensão da proteção social brasileira; c) níveis de gestão do SUAS; d) Instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS; e) Financiamento; f) Regras de transição. (BRASIL, NOB SUAS, 2015, p. 13).

Já outro instrumento norteador da Política Pública de Assistência social é a NOB/SUAS RH que regulamente e institui quem serão os trabalhadores do SUAS, quais serão as equipes de atuação nos Equipamentos existentes nos municípios, suas funções e quantos serão os funcionários necessários para a execução dos serviços e programas ofertados. Assim segundo a NOB/SUAS - RH (BRASIL, 2006, p 21) “Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários”.

2.3 Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável com Enfoque na Dimensão Social.

A geração de indicadores que mostrem a realidade dos municípios e da região pode ser uma importante ferramenta de análise e construção de políticas públicas que venha a favorecer a população.

Os responsáveis pela gestão pública dos municípios devem gerar e acompanhar esses indicadores para orientar sua atuação frente o desenvolvimento econômico dos municípios, além de fatores ambientais e sociais que possam vir a interferir nesse desenvolvimento e acima de tudo contribuir para o desenvolvimento sustentável dos

municípios. Segundo Bernardy (2016, p. 15). “Os indicadores têm como propósito identificar se uma organização está se afastando ou se aproximando nas dimensões ambientais, sociais e econômicas, portanto, do ideal da sustentabilidade”.

Ao gerar e analisar indicadores sociais Bernardy (2016, p. 16) reflete que “os governos passaram a preocupar-se de maneira mais efetiva com as questões sociais, pensando em formas de se mensurar o desenvolvimento local, por meio de indicadores que fossem capazes de considerar, também, a evolução social”.

Nesse contexto percebe-se que se torna fundamental que os municípios acompanhem as bases Estaduais e Federais de dados que trazer importantes informações sobre os serviços prestados nos municípios e ainda o que apresenta necessidade e os municípios ainda não estão suprindo de maneira efetiva.

Quando se fala em indicadores da Política de Assistência Social pode-se observar que todos os municípios preenchem mensalmente formulários de atendimentos e anualmente Senso que mensura a quantidade e a qualidade dos atendimentos prestados a população. Esses dados podem ser uma importante ferramenta para os gestores municipais acompanhar e monitorar o funcionamento dessa política pública em seu município.

3 METODOLOGIA

Para responder ao problema de pesquisa foi necessário realizar pesquisa que feita por meio de consulta ao site indicadores.fecam.org.br aos dados estatísticos disponíveis no Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDEMS/FECAM a respeito de como está a estruturação da política de Assistência Social no município de Barra Bonita (SC). Por meio dos dados encontrados foram feitas análise destes, para com isso responder ao objetivo da pesquisa. Além dos dados contidos no IDEM, também foram utilizados dados documentais arquivados na Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra Bonita (SC) a respeito do SENSO SUAS 2016. A pesquisa realizada foi quantitativa, buscando dados em estudo documental de dados primários estatísticos.

A pesquisa dos dados se deu no período de 2016 a 2017 no qual se encontrou dados a respeito da Assistência Social de Barra Bonita referente a 2012 e 2013 no site do IDEM e a respeito de 2015 nos dados documentais existentes na Secretaria Municipal.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DA PESQUISA REFERENTES A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA BONITA (SC)

Em pesquisa realizada no banco de dados do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDEM/FECAM em relação à assistência social do município de Barra Bonita (SC) e um comparativo entre os anos de 2012 e 2013 que constam nos índices do IDEM. E também se utilizando de dados extraídos do CENSO SUAS do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dados coletados nos documentos do CENSO SUAS informado ao MDS pelo Município no ano de 2016, referentes às informações da assistência social do município de 2015. Com essas informações pode-se chegar aos resultados de pesquisa.

Assim, com a pesquisa realizada pôde-se constatar que o município de Barra Bonita oferta segundo os indicadores do IDEM a proteção básica da Assistência Social através do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Em relação aos dados encontrados nos indicadores do IDEM não foi possível encontrar dados referentes à Proteção Especial da Assistência Social – CREAS e também sobre a Gestão, nesse sentido, foi mensurada nessa pesquisa apenas a Proteção Básica da Assistência Social de Barra Bonita.

Em relação à Estrutura física do CRAS, 2012 e 2013 IDEM e 2015 dados coletados no Município através do documento de preenchimento do CENSO/ SUAS 2016 referente ao ano 2015.

Quadro 1 - Estrutura física do CRAS

Estrutura Física CRAS	2012	2013	2015
Quantidades de banheiros	4	1	3
Quantidade de computadores com acesso a internet	3	3	5
Quantidade de computadores para acesso de usuários	0	0	1
Quantidade de salas na unidade CRAS	1	5	4

Fonte: Dados IDEM/FECAM e Senso SUAS 2016.

Percebe-se que em relação e estrutura física para no CRAS houve adequação do ambiente, mas não uma alteração significativa de melhora no espaço adequado de atendimento. “O espaço do CRAS deve ser compatível com os serviços nele ofertados. Abriga, no mínimo, três ambientes, com funções bem definidas: uma recepção, uma sala ou mais para entrevistas e um salão para reunião com grupos de famílias, além das áreas convencionais de serviços”. (BRASIL, 2005 p. 8).

Já em relação aos recursos humanos do CRAS nos anos de 2012 e 2013 IDEM e 2015 dados coletados no Município CENSO/ SUAS 2016.

Quadro 2- Recursos Humanos do CRAS

Recursos humanos	2012	2013	2015
Quantidade de Advogados na unidade	0	0	0
Quantidade total de assistentes sociais nas unidades do CRAS	1	1	1
Quantidade total de empregados públicos CLT	0	0	0
Quantidade total de pedagogos nas unidades do CRAS	0	0	0
Quantidade total de profissionais com outros vínculos não permanentes nas unidades do CRAS	0	0	0
Quantidade total de psicólogos nas unidades do CRAS	1	1	1
Quantidade total de comissionados nas unidades do CRAS	0	0	0
Número total de trabalhadores nas unidades do CRAS	3	3	5
Quantidade total de coordenadores nas unidades do CRAS	-	-	1
Quantidade total de Orientadores sociais nas unidades do CRAS	-	-	2

Fonte: Dados IDEM/FECAM e Senso SUAS 2016

Quanto aos recursos humanos exposto no quadro 2 percebe-se evolução, que se observa no aumento de três trabalhadores no quadro efetivo nos anos de 2012 e 2013 para cinco trabalhadores em 2015. Essa mudança elevou significativamente o número de trabalhadores para atender a população usuária do CRAS do município. Sendo as ações e atendimentos desenvolvidos na política de Assistência Social dependem da quantidade de trabalhadores e da efetividade de execução de seu trabalho.

Em relação aos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos- SCFV do CRAS, 2012 e 2013 IDEM, 2015 dados coletados no Município CENSO/ SUAS 2016.

Quadro 3- Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos- SCFV.

Crianças até 6 anos	2012	2013	2015
Total de criança com deficiência de até 06 anos neste CRAS que participam do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	0	10	0
Total de criança com deficiência de até 06 anos neste CRAS que participam do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)	0	1	0
Total de criança de até 06 anos neste CRAS que participam do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	4	2	48
Total de horas por semana que as crianças de até 6 anos participam dos grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2	4	2

Fonte: Dados IDEM/FECAM e Senso SUAS 2016.

Já em relação à oferta de SCFV para crianças até 6 anos percebe-se uma significativa evolução de atendimento a esse público, que passou de quatro pessoas em 2012 para

quarenta e oito pessoas em 2015. Fazendo uma ligação com o quadro 3 pode-se observar que o aumento de funcionários, juntamente com a melhoria da oferta de atendimento, possibilitou mais acesso a população nessa faixa etária em situação de risco.

Em relação ao PAIF – Serviço de Proteção Integral a Família.

Quadro 4 - PAIF- Serviço de Proteção Integral a Família

PAIF – Serviço de Proteção e atendimento Integral a Família	2012	2013	2015
Total de novas famílias em acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) durante o mês de agosto	75	61	0
Total de famílias encaminhadas para outras políticas durante o mês de agosto.	3	6	0
Total de novas famílias inseridas em acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) durante o mês de agosto	0	0	0
Total de visitas realizados durante o mês de agosto	27	11	09
Total Famílias que participam regularmente dos grupos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) durante o mês de agosto.	80	60	39
Total mulheres que participam regularmente dos grupos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) durante o mês de agosto	80	55	47
Total de horas por semana utilizadas pelos grupos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) durante o mês de agosto	4	10	6

Fonte: Dados IDEM/FECAM e Senso SUAS 2016

Em relação à Proteção integral às famílias e sua evolução de atendimento, vale destacar que o CRAS começou a sua execução no ano de 2011 e nesse contexto, foi ano de busca ativa e cadastramento de famílias para atendimento na proteção básica, isso explica o declive de números de famílias atendidas que passou de 80 famílias para 39 famílias, segundo dados trazidos no quadro 4. Para explicar essa situação pode-se observar que segundo as orientações técnicas do CRAS o atendimento as famílias acompanhadas deve ser realizado por tempo determinado para cada família, segundo necessidade constatada pela equipe técnica. A política social deve ser estratégica objetivando a emancipação da população e a “qualidade política” (Demo, 2003). Nesse sentido, o CRAS tem um papel importante para contribuir com a mudança de hábitos da cultura assistencialista para uma cultura democrática de fortalecimento da política pública e emancipação e empoderamento dos usuários atendidos, ou seja, que possam reger suas vidas sem a necessidade de intervenção do Estado.

A respeito do PAIF e aos atendimentos Coletivos

Quadro 5 - Atendimentos coletivos no CRAS.

Atendimentos Coletivos	2012	2013	2015
Total de Crianças e adolescentes em serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos de 6 a 15 anos	0	56	29
Total de Crianças em serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos de até 6 anos	0	0	48
Total Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	53	61	39
Total de Idosos em serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos	0	0	24
Total de Jovens em serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos de 15 a 17 anos	0	0	0
Total de Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	0	0	04
Total de Pessoas que participam de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado,	407	0	00

Fonte: Dados IDEM/FECAM e Senso SUAS 2016

Percebe-se uma relativa diminuição de atendimentos em alguns serviços e aumento em outros, observado no quadro número 5. Essa questão pode ser explicada pelo perfil de prevenção atribuído ao CRAS, o que pode gerar aumento ou diminuição de clientela dependendo dos encaminhamentos a serem feitos a outras políticas públicas e também superação de vulnerabilidades. “É importante definir quando e sob que condições as

famílias serão desligadas dos serviços; se há metas a cumprir; se há tempos definidos de participação; se há encaminhamentos a fazer para famílias que são desligadas; diferenciação de tipos de desligamento” (BRASIL, 2005 p. 20), e ainda que “Propõe-se que o desligamento seja planejado e realizado de maneira progressiva, com acompanhamento familiar por período determinado para verificar a permanência dos efeitos positivos das ações”. (BRASIL, 2005 p. 20). Nesse sentido, o desligamento do acompanhamento do CRAS significa não só deixar de acompanhar a família, mas sim o encaminhamento a outro serviço ou ainda a superação de vulnerabilidades sociais.

Em relação aos atendimentos individualizados no CRAS durante o mês de agosto de 2012, 2013 e 2015.

Quadro 6 – Atendimentos individualizados no CRAS.

Atendimentos individualizados	2012	2013	2015
Total de novas famílias encaminhadas para a atualização do Cadastro Único	0	0	02
Total de novas famílias encaminhadas para a inclusão do Cadastro Único	0	0	0
Total de famílias encaminhadas para o CREAS	0	0	0
Total de indivíduos encaminhadas para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada.	0	0	0
Total de atendimentos individualizados realizados	10	11	31

Fonte: Dados IDEM/FECAM e Senso SUAS 2016

Os atendimentos individualizados são realizados por meio de entrevista, visitas domiciliares, atendimentos particularizados a indivíduos e famílias no CRAS. Segundo o quadro número 6 essa atuação do CRAS teve crescimento expressivo de 2012 a 2015 passando de dez atendimentos em 2012 para trinta e um em 2015.

Já em relação à capacidade de atendimento do CRAS 2012, 2013 e 2015.

Quadro 7 – Capacidade de atendimento no CRAS.

Capacidade de atendimento do CRAS	2012	2013	2015
Número total de famílias que podem ser atendidas nas unidades do CRAS	2.500	2.500	2.500

Fonte: Dados IDEM/FECAM e Senso SUAS 2016.

A capacidade de atendimento do CRAS varia de acordo com o porte do município e com o número de famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme estabelecido na NOB-SUAS. Pequeno Porte I – município de até 20.000 habitantes/5.000 famílias – mínimo de um CRAS para até 2.500 famílias referenciadas.

Já em relação ao Programa Bolsa família no município de Barra Bonita - SC valor total dos benefícios considerando o mês de dezembro de cada ano de 2004 a 2012.

Quadro 8 – Valor Benefícios Programa Bolsa Família.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valores	6.391	7.254	8.110	9.034	8.256	8.224	7.758	8.954	11.090
Evolução		13,5%	11,8%	11,4%	-8,6%	-0,4%	-5,7	15,4%	23,9%

Fonte: Dados IDEM/FECAM

Analisando o quadro número 8 pode-se perceber que de 2004 a 2012 o valor do benefício do Programa Bolsa família destinada ao município aumento 23% podendo auxiliar na economia local e principalmente na renda das famílias beneficiárias.

Número de benefícios do Programa Bolsa família, considerando o mês de dezembro de cada ano de 2004 a 2012.

Quadro 9 – Número de beneficiários PBF

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valores	90	112	128	121	101	85	89	78	87
Evolução		24,4%	14,3%	-5,5%	-16,5%	-15,8%	4,7%	-12,4%	11,5%

Fonte: Dados IDEM/FECAM

Considerando os quadros 8 e 9 pode-se destacar que os valores dos benefícios podem contribuir com a economia do município e na melhoria da qualidade de vida da população. Ainda se observa que os beneficiários desse programa são público direto e prioritário da

proteção básica da assistência social. “O acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF é uma importante ação do PAIF, na medida em que a identificação dos motivos de descumprimento pode desvelar situações reveladoras do alto grau de vulnerabilidade das famílias”. (BRASIL, 2011, p. 38).

Vale destacar que “as condicionalidades visam o reforço do direito de acesso às políticas de saúde, educação e assistência social, possibilitam promover a melhoria das condições de vida da família beneficiária e reforçam a responsabilização do poder público na garantia de oferta desses serviços”. (BRASIL, 2011, p. 38)

Ainda a respeito do cumprimento das condicionalidades para fazer parte do programa, destaca-se que “o adequado monitoramento do descumprimento de condicionalidades torna-se fundamental para a localização das famílias, bem como para identificação de riscos e vulnerabilidades que dificultam o seu acesso aos serviços sociais a que têm direito”. (BRASIL, 2011, p. 38 e 39).

Analisando os dados dos quadros 8 e 9 que dizem respeito ao Programa Bolsa Família que visa em sua fundamentação a distribuição de renda, destaca-se que se pôde observar que o valor recebido pelas famílias além de acesso a renda, também busca com que as famílias acessem as políticas públicas de saúde e educação, garantindo assim a essa população, principalmente crianças e adolescentes uma saúde adequada e educação conforme sua faixa etária e impedindo com isso a defasagem escolar desse público.

4.1 Oportunidades de melhoria para a Política de Assistência Social de Barra Bonita.

Pode-se apontar como sugestões de melhorias na política de Assistência Social a contratação de mais profissionais para execução dos trabalhos desempenhados na proteção social básica;

Construção de equipamento próprio para a execução dos trabalhos do CRAS, com espaço físico adequado as normas e não compartilhado;

Realizar busca ativa no município para maior inclusão de famílias em acompanhamento pela assistência social, buscando assim suprir demandas não atendidas e ou novas situações que exijam a ação da assistência social;

Efetivação de equipe técnica para atender exclusivamente a proteção social especial da assistência social e uma profissional assistente social para atuar exclusivamente na gestão da política de assistência social.

Uso do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDEM/FECAM Federação Catarinense de Municípios (FECAM) pela gestão pública municipal, para avaliar e acompanhar o desenvolvimento do município e também perceber demandas e problemáticas a serem superadas.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a estrutura da política de Assistência Social do município de Barra Bonita, foco da pesquisa realizada nesse estudo, está caminhando no sentido de contemplar os requisitos do que pede a Política Nacional de Assistência Social por meio do SUAS o Sistema Único e Assistência Social. No entanto, ainda existe a necessidade de investimento em estrutura física e de contratação de profissionais para suprir a demanda existente e também cumprir as exigências do SUAS.

Percebeu-se que o equipamento de proteção básica supre a necessidade de atendimento e atende as normativas que exigem a abrangência de atendimento mínimo. Vale ressaltar que os dados existentes no IDEM – FECAM só trouxeram informação a respeito da proteção básica na Assistência Social o que pode ter limitado os resultados da pesquisa na análise dessa política pública como um todo no Município de Barra Bonita (SC).

Percebeu-se que o acompanhamento da proteção básica com os beneficiários do programa Bolsa Família também se apresenta como positivo ao desenvolvimento do município, uma vez que, incentiva o cumprimento das condicionalidades do programa e também a superação das vulnerabilidades apresentadas pelas famílias, público alvo da atuação da proteção social básica.

Pôde-se perceber que o aumento significativo de quantidade de beneficiários e de valores de benefícios apresentados nos quadros 8 e 9 são uma forma de perceber a melhoria na função protetiva das famílias. Sendo que essa função de proteção visa sanar as necessidades básicas de seus membros e de agir na sua inclusão por meio das demais políticas públicas como de saúde e de educação. Esse fomento ao cumprir com as exigências de frequência na escola e de acompanhamento da saúde pública e de acompanhamento integral às famílias através do PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que é desenvolvido pelo CRAS, fomenta a função protetiva das famílias e sua integração e participação ativa na sociedade, através de reuniões, palestras, atendimentos coletivos e ou particularizados e ainda de oficinas ofertadas, ou seja, por meio da promoção do acesso a seus direitos.

Vale destacar a percepção de que Famílias que participam da sociedade e acessam os setores públicos de forma efetiva, formam uma sociedade mais participativa e responsável com o desenvolvimento de sua família, comunidade e município. São nesses espaços de participação, como o dos CRAS, que se podem difundir informações que visem promover o desenvolvimento sustentável da sociedade, o que se apresenta nos dados encontrados de números de famílias incluídas em atendimento pelo CRAS.

No entanto, para que tudo isso aconteça é necessário que a administração pública de suporte a realização das ações da política de assistência social e que acompanhe o trabalho realizado através de visitas in loco e também através dos sistemas de informações de índices de desenvolvimento como o IDEM da FECAM aqui apresentado nessa pesquisa. Encontrou-se como dificuldade nesse estudo a falta de dados existentes no IDEM/FECAM a respeito da Proteção Especial da Política de Assistência Social de Média e Alta Complexidade e também dados em relação à Gestão dessa política pública, o que limitou a apresentação dos dados de somente uma parte dessa política pública o que se refere à proteção básica através do CRAS.

A partir desse estudo pode-se sugerir que se realiza novo estudo envolvendo além da Proteção Básica a Proteção Especial da Política de Assistência Social na média e alta complexidade no município de Barra Bonita.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ASSIS, José Chacon de. **Uma nova ética para o desenvolvimento**. 6. ed., Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2001.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 14. ed. São Paulo: Globo, 2001.

BERNARDY, Rógis Juarez et al. **Apresentação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável das Mesorregiões do Estado de Santa Catarina** – Brasil, RIEM – Revista Iberoamericana de Estudos Municipales, 2015. Disponível em

<<http://www.revistariem.cl/index.php/riem/article/view/40/36>>. Acesso em: 03 de agosto de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

CÂMARA DOS Deputados. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata Dispositivos Constitucionais**. Senado Federal, Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações Produzido na Subsecretaria de Edições Técnicas Diretor: Raimundo Pontes Cunha Neto. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. 77 p. reimpressão.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como locais da sustentabilidade**. São Paulo: RCS Editora, 2007.

CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 3.ed. - São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

DEMO, Pedro. **Pobreza da Pobreza**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GUIA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA – SUAS. Nº 1 Proteção Social Básica de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília. 2005.

LAKATOS, Eve Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira**. Revista Katálisis [online], v. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/16526>>.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **Intersetorialidade, o desafio atual para as políticas sociais**. Revista Pensar BH – Política Social, Belo Horizonte, maio-julho/2002.

MINISTÉRIO DO Desenvolvimento Social e Combate À Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB/SUAS, Brasília, 2015 p. 82.

O CRAS que temos, o CRAS que queremos. Orientações Técnicas, Metas de Desenvolvimento dos CRAS, Brasília. 2011.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2004.

PRESIDÊNCIA da República, Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LOAS Lei Orgânica de Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SACHS, Ygnacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

SANTA CATARINA, Secretaria do Estado, Barra Bonita, metas do pacto de aprimoramento. disponível em <<http://www.sst.sc.gov.br/index.php/assistencia-social2/gerencia-de-monitoramento-de-avaliacao-do-suas-gemav/pacto-de-aprimoramento-de-gestao-dos-municipios/1558>>. acesso em: 21 de janeiro 2017.

SISTEMA DE INDICADORES DA FECAM, Município de Barra Bonita, disponível em:<<http://www.barrabonita.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/43647#.WVznhXyvIU>> acesso em: 05 de julho 2017.